



# Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45  
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185



**PUBLICADO**  
Em 30/12/2014  
Jornal CORREIO DO POVO

Nº 940/2014

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA À MUNÍCIPES EM QUE NA RESIDÊNCIA FOR IDENTIFICADO ALGUM TIPO DE CRIADOURO CONTENDO A LARVA DO AEDES AEGYPTI.

A Câmara Municipal de Cantagalo Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI

**Art. 1º.** - Fica instituído como um método de erradicação e combate a dengue no âmbito do Município de Cantagalo a aplicação de multa visando um maior controle para com os criadouros do mosquito. Tomando como consideração a facilidade de disseminação e consequente dificuldade de combate a doença.

**Art. 2º** - Estabelece que locais onde existam, residências, obras de construção civil, pública ou privada, empresas, terrenos baldios e propriedade rural, por haverem uma maior concentração de caixas d'água, barris, tambores, tanques, cisternas, drenos de escoamento, blocos de cimento, latas, pneus, e garrafas apresentam-se como local apropriado ao armazenamento de água, principalmente da chuva, tornando o ambiente propício a proliferação da larva do *Aedes aegypti*.

**§ 1º.** – Para fins da aplicação da presente lei, são considerados criadouros todos os objetos, recipientes, equipamentos, utensílios, dispositivos, vasilhames, pneumáticos, artefatos, acessórios, sucatas, itens arquitetônicos ou construtivos, inclusive os hidráulicos, plantas e outros que, constituídos por quaisquer tipos de matérias e, devido a sua natureza, sirvam para acumulo de água.

**§ 2º.** – A manutenção predial dos imóveis conforme o caput do presente artigo comprehende ainda manter desobstruídas as lajes, calhas e vãos, bem como eventuais desníveis nestes itens construtivos, de forma a evitar o acumulo de água.

*(Handwritten signature)*





## Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45  
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185



**Art. 3º** – Faz-se necessário a interrupção do ciclo de contaminação e a consequente transmissão da doença. Portanto fica obrigado todos os referidos no art.2º elaborem um “Plano de Erradicação e Combate a Larva do Aedes aegypti”.

**Parágrafo único** – Todos os Municípios, serão obrigados a adotar as medidas necessárias à manutenção de seus imóveis limpos, sem acúmulo de objetos e materiais que se prestem a servir de criadouros. Bem como a limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o adequado descarte de modo que inviabilize as eventuais condições que propiciem a instalação e proliferação dos vetores causadores da dengue.

**Art. 4º** - Quando a situação epidemiológica no local o indicar, ficam os agentes de saúde e as autoridades sanitárias lotados na Secretaria de Saúde autorizados a:

I- Dar cumprimento ao disposto nesta Lei, adentrarem as áreas de imóveis para o encaminhamento de ações de limpeza e remoção de criadouros ou quaisquer outras que objetivem a eliminação de mosquitos do gênero Aedes. E no caso de encontrarem algum foco da larva, será autuado o município.

II- Ficam autorizados também a realizar a inspeção em imóveis desocupados ou abandonados, realizando ainda a notificação caso algum foco da larva seja encontrado.

**Art. 5º**. – O Município que descumprir o estabelecido no artigo anterior, ou seja, se for encontrado algum foco da larva em sua propriedade, será aplicada uma multa.

I- Na primeira vez em que for encontrado a larva do mosquito, o município será somente notificado.

II - Em caso de reincidência o valor da multa passará a ser de R\$50,00 (cinquenta reais), dobrando cada vez que o mesmo reincidente.

**Art. 7º** – Ficam os municípios, obrigados a colaborar com as autoridades sanitárias, sempre que solicitados, fornecendo informações que possibilitem encaminhar notificações e autos aos responsáveis por imóveis desocupados e que estejam sob sua administração.

**Art. 8º** – A eventual negativa de acesso aos imóveis por parte de seus respectivos responsáveis aos agentes de saúde e autoridades sanitárias quando no exercício de suas funções de controle de mosquitos do gênero Aedes, ensejará a solicitação de apoio da autoridade policial para o encaminhamento das ações necessárias e, diante da



## Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45  
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

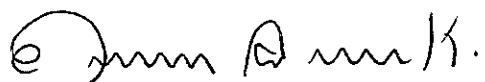


 persistência de atitude, o caso será encaminhado ao Ministério Público para a adoção das medidas cabíveis.

**Art. 9º** – A arrecadação proveniente de multas aplicadas aos infratores da presente lei será destinada integralmente para campanha de combate e prevenção a dengue.

**Art. 11º** – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Cantagalo, 29 de dezembro de 2014.



EVERSON ANTONIO KONJUNSKI

Prefeito Municipal



